

# NOVAS TECNOLOGIAS, MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM TEMA E UMA PROBLEMÁTICA

Ivonaldo Leite\*

**Resumo:** Este ensaio analisa a relação entre novas tecnologias, mercado de trabalho e educação. Metodologicamente, adota uma perspectiva historicista e denuncia a retórica ideológica em torno do assunto. Relaciona as novas tecnologias e a crise capitalista contemporânea, mostrando como as mesmas estão a ser utilizadas no processo de redefinição de acumulação capitalista, a qual não pode oferecer empregos para todas as pessoas. Desse modo, o ensaio demonstra que a atual conjuntura política e econômica demanda uma educação para o desemprego. Portanto, afirma-se que a relação novas tecnologias, mercado de trabalho e educação se apresenta como um tema e uma problemática. O ensaio é concluído com algumas notas sobre o sentido da referida relação para os seres humanos.

**Palavras-chave:** tecnologias, mercado, emprego, educação, flexibilidade, competências.

## Introdução

Num trabalho publicado recentemente em Portugal, realçamos que estamos a viver uma época de avanços técnico-científicos extraordinários, com as tecnologias da informação metamorfoseando as relações sociais, assinalando, todavia, que este não é um processo a-histórico, que ocorre desprovido de condicionamentos<sup>1</sup>.

Ao iniciar este ensaio, e tendo em conta o seu caráter, parecemos apropriado conectar tal asserção com a imagem delineada por Walter Benjamin do quadro de Klee, denominado “Angelus Novus”. Diz-nos Benjamin que ele representa um anjo que parece preparar-se para se afastar do local em que se mantém imóvel. Os seus olhos estão escancarados, a boca está aberta, as asas desfraldadas. O seu rosto está voltado para o passado. Ali, onde para nós parece haver uma cadeia de acontecimentos, ele vê apenas uma única e só catástrofe, que não pára de amontoar ruínas sobre ruínas e as lança sobre seus pés. Ele quereria ficar, despertar os mortos e reunir os vencidos. Mas do Paraíso sopra uma tempestade que se apodera das suas asas, e é tão forte que o anjo não é capaz de voltar a fechá-las. Esta tempestade impele-o incessantemente para o futuro ao qual volta as costas, enquanto diante dele e até ao céu se acumulam ruínas. Esta tempestade é aquilo que nós chamamos progresso<sup>2</sup>.

Uma pergunta agora se põe: qual a razão, ou as razões, de aqui, à partida, se realizar uma conexão entre aquela asserção e este *approach* de Benjamin? Respondemos: há mais de uma entrada analítica que justifica isto. Existem fatores que consubstanciam a inter-relação entre ambas. Eles podem ser, por exemplo, de ordem metodológica e ontológica. Entendamo-nos.

No que se refere ao aspecto metodológico, do que se trata é ter em consideração que o fio condutor da historicidade liga a asserção que realçamos e o *approach* de Benjamin, pois, tenha-se em atenção, o “seu anjo” é o anjo da história. Para captar os fenômenos de forma adequada, é necessário situá-los historicamente. No que concerne à dimensão ontológica, tanto lá como cá, o que está em causa é o sentido do ser. Quanto à nossa interpretação, a descrição realizada por Benjamin evidencia um anjo perpassado pela temulência provocada

pelo funcionamento do sistema produtor de mercadorias, numa lógica em que, na busca pelo progresso, gera situações que se assemelham ao imaginado pela mente fervente de Goya e enforma uma civilização de Molochs que devora os seus frutos.

Cotejando os fatos, podemos dizer que, tendo justificado a aludida conexão nesta rápida focagem, convém reter os dispositivos analíticos que foram postos a descobertos pela mesma, para levarmos a cabo a nossa incursão. E é por isso que afirmamos que a associação Novas Tecnologias, Mercado de Trabalho e Educação não representa apenas a composição de um tema, que, diga-se de passagem, é propagado pelos discursos impressionistas (acadêmicos, inclusive) sem discussão e questionamentos, mas ela corresponde, do ponto de vista do debate, à formatação de uma problemática, com todas as implicações que daí decorrem.

É tendo como referência os elementos esboçados que estruturamos a nossa *démarche* neste ensaio.

### **Historicizando a discussão sobre tecnologias e mercado de trabalho**

Neste tópico, há que se começar pondo em relevo, como temos ressaltado, que existe no seio da ciência social um denso debate sobre o que representam as tecnologias. De forma pioneira e clássica, deve-se reconhecer a Max Weber a abordagem do assunto, pois foi ele quem introduziu o conceito de racionalidade para definir a maneira da atividade econômica capitalista, o tráfico social regido pelo direito burguês e a dominação burocrática.

Quer dizer, a racionalização significa a ampliação das esferas sociais, sendo estas submetidas aos critérios de decisão racional, ao que corresponde a industrialização do trabalho social, tendo como consequência a penetração dos critérios de ação instrumental noutras esferas da vida, a exemplo da urbanização das formas de existência, da tecnização do tráfico e da comunicação. Contudo, isto não se atinge sem a institucionalização do progresso científico e técnico, o que leva estes a invadirem as esferas institucionais da sociedade, transformando

instituições e fazendo desmoronar antigas legitimações. A secularização e o desencantamento das cosmovisões orientadoras da ação, da tradição cultural em sua totalidade, é o reverso de uma racionalidade ascendente da ação social.

Esta discussão sobre as tecnologias foi intensificada no âmbito da Escola de Frankfurt, sendo a crítica daquelas uma característica desta, onde o alvo é a dimensão instrumental. Adorno e Horkheimer afirmam que a instrumentalização da tecnologia é, ela própria, uma forma de dominação, que, controlando objetos, viola a sua integridade, suprimindo-os, destruindo-os<sup>3</sup>. Herbert Marcuse, no entanto, foi mais longe.

Ele tomou como ponto de partida as análises weberianas para demonstrar que o conceito formal de racionalidade que Weber extraiu da ação racional do empresário capitalista e do trabalhador industrial, da pessoa jurídica abstrata e do funcionário moderno, e que relacionou a critérios da ciência e da técnica, tem implicações determinadas com conteúdo próprio. A tese marcuseana é que, naquilo que Weber chamou de racionalização, não se implanta a racionalidade como tal, mas, em nome dela, uma forma determinada de dominação política oculta. Donde formula a sua crítica a Weber, frisando que o conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia, na medida em que não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante sobre a natureza e sobre o ser humano. Isto é, determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas posteriormente e a partir de fora: eles estão já inseridos na própria construção do aparelho técnico, sendo a técnica, em cada caso, um projeto histórico-social, nele se projetando o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens, as mulheres e as coisas<sup>4</sup>.

Posta, *en passant*, esta fundamentação clássica do debate sobre a temática, o que agora se indaga é: como se têm desenvolvido atualmente as discussões sobre as novas tecnologias? Sem tirar nem pôr, não há exagero em se dizer que muitas elaborações tendem mais para uma espécie de misto entre impressionismo e ficção científica, do que para análises que apanham os fenômenos em estruturas concretamente situadas. Esta situação se tem manifestado, por exemplo,

na confusa contenda continuidade & fim do trabalho (a mão-de-obra não mais geraria valor, isto seria feito apenas pelas tecnologias), nas teses sobre uma “sociedade de robôs” e nas idéias estritamente instrumentais de teóricos da gestão.

A propósito desta última asserção, é paradigmático o que sugere Peter Drucker. Diz-nos ele que atingimos uma sociedade pós-capitalista, onde todas as atividades são realizadas por meio de organizações: empresas, sindicatos, escolas etc. Estas organizações levam adiante as suas ações por via de projetos, de modo que aqui, em meio a uma miríade de projetos individuais, desvanece-se o conceito de política pública como algo que trata os interesses dos diversos sujeitos sociais de forma conjunta, emergindo, ao invés disso, uma fragmentação de demandas e ofertas específicas que nutrem e são nutridas pela mesma lógica que alimenta a sociabilidade dos entes do mercado.

Impõe-se como imperativo, portanto, superar as incongruências ao se tratar das novas tecnologias. Não se nega, contudo, que, desde a década de 1950, está em marcha um evento da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII, induzindo um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, da sociedade e da cultura. Falta, todavia, assentar a argumentação em bases históricas, com as suas relações e consequências políticas.

Sabemos que o condado de Santa Clara, denominado, Vale do Silício (Silicon Valley), 48km ao sul de São Francisco – entre Stanford e San Jose –, tornou-se a fonte tecnológica norte-americana – e talvez se possa considerar mesmo mundial – mais notável. Foi lá, por exemplo, que o circuito integrado, o microprocessador e o microcomputador foram desenvolvidos. Biotecnologia, microeletrônica, tecnologias da informação – estes são itens do cenário da nova revolução tecnológica que não podem ser negados. Mas, atenção! É preciso cuidado, para que a constatação dos inventos não se transforme num êxtase que impede que os mesmos sejam vistos como criação de seres humanos, em determinadas condições e com determinados propósitos. Aliás, não custa lembrar que a Segunda Guerra Mundial foi uma espécie de mãe de algumas tecnologias.

Nos Estados Unidos, os contratos militares e as iniciativas tecnológicas do Departamento de Defesa desempenharam papéis

decisivos nos estágios de formação da revolução da tecnologia da informação, isto é, entre as décadas de 1940/1960. A principal fonte de descobertas em eletrônica, a Bell Laboratories, funcionou, de fato, como um laboratório nacional: a sua controladora (ATT) desfrutou de um monopólio de telecomunicações mantido pelo governo. Instituições como o MIT, Harvard, Stanford, Berkeley e laboratórios nacionais de armamentos – tais como Livermore, Los Alamos, Sandia e Lincoln – trabalharam com e para os órgãos do Departamento de Defesa em programas que levaram a importantes avanços, dos computadores da década de 1940 até à opto-eletrônica e às tecnologias de inteligência artificial do programa “Guerra nas estrelas”. E a internet? Esta teve origem num esquema ousado, imaginado na década de 1960 pelos chamados “guerreiros tecnológicos” da Agência de Projetos de Pesquisa do Departamento de Defesa dos Estados, para impedir a tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicação pela então União Soviética<sup>5</sup>.

Mas, a partir daí, manda a historicidade analítica, é preciso fazer relações, tendo em consideração a conjuntura político-econômica em que tais metamorfoses tecnológicas se efetivaram. É bem sabido que, durante cerca de 30 anos, após a Segunda Guerra Mundial, o centro do sistema capitalista viveu um período de grande estabilidade e prosperidade, naquilo que, sob o fordismo, se convencionou chamar de Era de Ouro ou ainda Trinta Gloriosos Anos. Foi o tempo do auge do keynesiano Estado de Bem-estar Social e de um regime de acumulação intensiva com consumo de massa. Contudo, também se sabe que, por volta do início dos anos 1970, verificou-se o esgotamento deste tipo de capitalismo.

Não é difícil entender o que passou a ocorrer. A exaustão dos sistemas de câmbio fixo de Bretton Woods e a crise petrolífera desencadearam fenômenos como a pressão inflacionária, a diminuição do ritmo de crescimento econômico e as tendências de desemprego estrutural. Se no princípio a crise foi vista como um conjunto de perturbações localizadas e transitórias e que poderiam ser enfrentadas com mais políticas keynesianas, pelos idos de 1977, no entanto, surgiu a tese de que os salários eram, antes de tudo, um custo que pesava sobre os resultados financeiros das empresas e sobre a competitividade da economia.

Registrava-se, dessa forma, a erosão dos mecanismos que foram acionados para gerir a crise dos anos 1930, e que resultaram num Estado com múltiplas funções conflituosas, decorrentes do fato de ter de atender às necessidades privadas do capital e às demandas sociais e públicas crescentes. Na verdade, os impasses do Estado de Bem-estar Social se acentuam, sobretudo, mediante a crise fiscal, que debilitou as possibilidades de ele cumprir as suas funções relativas ao capital privado e às demandas públicas, bem como através dos problemas de eficácia e de controle da planificação central, e nesse sentido a sua crise é também consequência dos problemas de legitimação<sup>6</sup>. Em tal quadro, perante o reconhecimento do carácter estrutural da crise, surgiram iniciativas para introduzir mudanças de fundo, por exemplo, na esferaprodutiva e na relação salarial, procurando realizar uma reestruturação sistémica que, buscando apoio nas novas tecnologias, elegeu a idéia flexibilidade como um mecanismo central. O que se passou a buscar foi um novo padrão de capitalismo.

As novas tecnologias passaram, assim, a ser utilizadas ideologicamente. Na procura por um novo padrão de acumulação, os empregos deixaram de ser estáveis; os sistemas de segurança social, antes universais sob a gerência do Estado, começam a ser deslocados da esfera pública para o âmbito privado; e são apresentadas explicações enviesadas sobre as causas do desemprego. O padrão de acumulação definido é o de um capitalismo de acumulação flexível, produzindo uma espécie de novo espírito do capitalismo<sup>7</sup>.

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade do mercado, dos processos de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de sectores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A mesma envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre sectores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. No entanto, não é nada desprezível neste processo ter em

conta que o desenvolvimento das novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável, mesmo nos países capitalistas avançados. O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do teletransporte, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo avançado. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho não-convencionais podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permite empreendedores capitalistas escolherem à vontade entre eles. O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong.

Como decorrência disso, e não poderia ser diferente, o mercado de trabalho foi redefinido. A figura a seguir procura delinear os contornos dessa redefinição<sup>8</sup>.

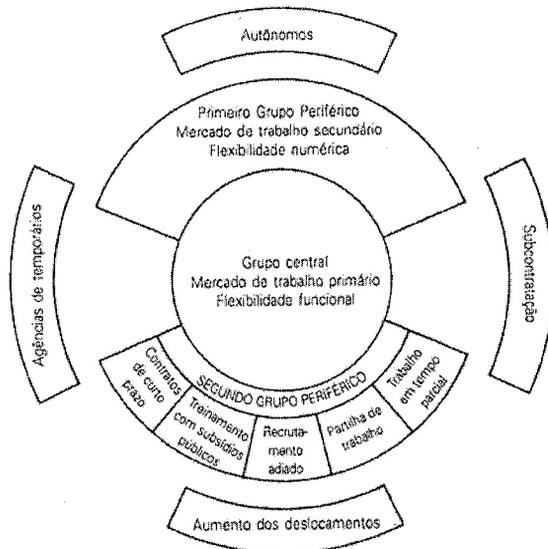


Figura 1: Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível

Numa leitura sintética da figura, temos que o centro, como um grupo em redução, compõe-se de empregados em tempo integral, condição permanente e posição essencial para os planos de longo prazo da organização. Gozando de uma maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de outras vantagens indiretas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível, e, se necessário, geograficamente móvel. Entretanto, os custos potenciais do despedimento temporário de empregados do grupo central, em épocas de dificuldade, pode levar a empresa a subcontratar até para funções de alto nível, que incluem de projectos de propaganda à administração financeira, mantendo assim o grupo central de gestores relativamente pequeno. A periferia, por sua vez, é composta de dois grupos distintos: o primeiro consiste em empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. O segundo oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contratos por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico.

É neste contexto que a relação novas tecnologias, mercado de trabalho e educação se insere num processo com forte dimensão política. Flexibilidade, empregabilidade, competências, habilidades etc., são termos que compõem um mapa discursivo que, antes de ser formatado por intuítos cognitivos, é delimitado por uma agenda política.

### **Uma educação para o desemprego**

Na medida em que se apóia na flexibilidade, a recomposição do padrão de acumulação promove a renúncia da responsabilidade sistémica relativa a problemas sociais, a exemplo do desemprego, com as causas deste sendo atribuídas às novas tecnologias. Ou seja, a elas tem sido imputada a responsabilidade pela existência de taxas de desemprego, bem como pelo crescimento do emprego precário, desprovido de qualquer segurança social. Além disso, atribui-se mesmo

a culpabilidade pelo desemprego aos próprios desempregados, numa construção retórica onde as noções de competência e empregabilidade desempenham um papel central.

Essa retórica funda-se na pressuposição de que se o desempregado não consegue colocação é por conta de não se encontrar “empregável”, por não ter as competências necessárias, que, em forma de habilidades, são exigidas pelo mercado, como decorrência do “determinismo tecnológico”. Tudo se passa como se as novas tecnologias fossem entes independentes, desprovidas de historicidade – bem como a sua utilização isenta de condicionantes políticos –, num quadro de fetichismo tecnológico, responsável por uma dedução simplista: a ciência determina a tecnologia; a tecnologia impõe o tipo de organização do trabalho; o tipo de organização do trabalho determina as qualificações (ou as competências) e, por extensão, as exigências de ensino e de formação humana. Neste arrazoado, as relações de poder e de sociabilidade política simplesmente não existem.

Na verdade, o que está subjacente ao mapa discurso que pusemos em realce, é o pressuposto de que as políticas educativas/de formação devem orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutarem nos exigentes mercados de trabalho, pelos poucos empregos disponíveis. Isto, contudo, não se passa sem consequências mais amplas e graves no plano societal. Quer dizer, a garantia do emprego como direito social, bem como a sua defesa como requisito para as bases de uma economia e de uma vida política estável, desmanchou-se diante do discurso da empregabilidade. A escola, local onde devem ser buscadas as competências, torna-se esvaziada de funções sociais, com a produtividade institucional sendo reconhecida nas habilidades que os seus alunos-clientes possam vir a dispor para responder aos desafios que um mercado altamente selectivo impõe.

Fazendo a tradução analítica, a constatação não pode ser outra: vivemos um tempo em que se promove uma educação para o desemprego. Por mais de uma via. Primeiro, porque, em meio a uma crise estrutural/reestruturação sistêmica, as colocações são escassas, sendo as poucas que aparecem disputadas, acirradamente, pelos “empregáveis”, detentores das chamadas competências. Usando uma

expressão da moda, os que não estão em “situação de empregabilidade” geralmente são aconselhados e/ou encaminhados para receber “doses de formação/qualificação profissional”, de modo que aqui a educação funciona como mecanismo na tarefa de gerir o desemprego. Também porque existe uma desvalorização simbólica dos diplomas escolares, donde decorre a compreensão de que é necessário estudar mais para conquistar uma colocação no mercado de trabalho, quando, na verdade, nada assegura a existência de uma relação automática neste sentido. Enfim, poder-se-ia continuar com exemplos, evidenciando como vivemos um tempo de educação para o desemprego.

Não se trata, ressaltamos, de negar os valores relativos da esfera educativa, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ela não se nivela hierarquicamente ao patamar da esfera política e econômica, donde advêm fundamentalmente as decisões que podem fazer com que o mercado de trabalho, seja em que país for, amplie a absorção de mão-de-obra. No mais, a retórica de desresponsabilização sistêmica em torno das novas tecnologias, do mercado de trabalho e da educação, não passa de construção ideológica.

## Conclusão

Ao iniciarmos este ensaio, pusemos em destaque uma conexão entre uma asserção nossa e uma elaboração de Walter Benjamin. Para dizer que, na abordagem do que aqui tratamos, é imprescindível, metodologicamente, se assimilar a historicidade e também, ontologicamente, se ter sempre presente o sentido do ser. E assim, vemos que a relação novas tecnologias/mercado de trabalho e educação, mais do que um tema, é uma problemática, se quisermos, analiticamente, levar o assunto a sério.

É pondo o acento na dimensão ontológica dessa relação que encerramos este texto. Hoje, mais do que nunca, impõe-se como necessário se perguntar pelo sentido do ser. Do contrário, a ação de homens e mulheres, em meio à Revolução da Tecnologia da Informação que presenciamos, torna-se um *non sens*.

O que está em causa, no quadro da problemática sobre a qual nos debruçamos, é definir normas de conduta que, almejando a vida

boa para todos, aproveitem os avanços tecnológicos para inscrever nas coisas as metas que se querem alcançar. E nem precisa ser algo que já nasça grandioso, isto é, de repente, de cima para baixo; mas aos poucos, como experiências alternativas, como movimentos comunitários aqui, novas formas de cooperativismo acolá. O que importa é que, na procura de sentido para o ser, sejam promovidas lógicas que o concebam e o realizem de forma integral. Não por acaso, em algumas realidades, começa-se a falar preferencialmente em educação e desenvolvimento local, com forte ligação a movimentos comunitários.

Idéias utópicas, apenas isso, poder-se-á dizer, deixando-se sobressair o refrão pessimista de que utopias não penetram a opacidade das coisas. Mas, contrapomos: a opacidade das coisas, a lógica da situação, a trama dos interesses constituídos são formas evasivas de anunciar sem denunciar o que impede que o ser humano se realize plenamente. Novas tecnologias, mercado de trabalho e educação – o sentido da relação que enforma este tema e esta problemática só se efetivará quando o seu foco de prioridade se deslocar do contexto econômico para o plano social, consubstanciando uma ação que se credencie pela igualdade que esteja a propor e por uma pactuação societal que, recusando os ditames do individualismo, se estructure coletivamente.

## Notas

\* Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto/Portugal; Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: [ivonaldo\\_leite@yahoo.com.br](mailto:ivonaldo_leite@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Ver Leite (2002a).

<sup>2</sup> Ver Benjamin (1992). Nesta obra, encontra-se também uma paradigmática caracterização do pensamento benjaminiano, pela mãos de Theodor Adorno, que bem fornece suporte ao fato de abirmos este ensaio com uma alusão a este espírito que, como já escrevemos, é de uma “fulminante ideação inquieta”, com renovados pontos de partida: o nome das coisas e dos seres humanos é, para ele, o protótipo de toda esperança (LEITE, 2003).

<sup>3</sup> Ver Adorno e Horkheimer (1985).

<sup>4</sup> Ver Marcuse (1968). Como sabemos, é a partir de tais posições que se desenvolvem as divergências teóricas entre as obras de Habermas e Marcuse, principalmente após o falecimento deste último. Habermas, contudo, mesmo com uma perspectiva diferente e discordando de Marcuse, não deixou de lhe reconhecer razão em sua crítica a Weber. Neste sentido, diz ele: “Marx pôde reconhecer o marco institucional da sociedade nas relações de produção e, ao mesmo tempo, criticar o fundamento da troca de equivalentes. Levou a cabo uma crítica da ideologia burguesa na forma da economia política. A sua teoria

do valor-valor trabalho destruiu a aparência da liberdade com que a instituição jurídica do livre contrato de trabalho tornara irreconhecível a violência social subjacente à relação de trabalho assalariado. O que Marcuse critica em Weber é que este, sem entender a idéia de Marx, se apegava a um conceito abstrato de racionalização que não manifesta, mas antes oculta de novo, o conteúdo típico de classe na adaptação do marco institucional ao progresso dos subsistemas de ação racional dirigida a fins.” (HABERMAS, 1994, p. 67-68). Embora tenha desenvolvido uma espécie de “polêmica póstuma” com Marcuse, rejeitando posições caras a este, estas palavras de Habermas, talvez por isto mesmo, são bastante significativas. Como também é significativa a posição assumida por Andrew Freenberg, ao (re)visitar o debate entre os dois e assumir, atualizando, a posição marcuseana. Afirma-nos ele: “Em defesa de Marcuse, dever-se-ia dizer que ele propõe que uma racionalidade técnica qualitativamente diferente substituiria um relacionamento interpessoal com a natureza.” (FREENERG, 1996, p. 45). Ao fim e ao cabo, Freenberg procura (re)conciliar Habermas e Marcuse, o que se depreende quando ele acentua: “Eu apresentei as bases para uma posição a qual resolve os problemas, no que se refere às tecnologias, em Habermas e Marcuse. Deixe-me sumariar numa frase: A tecnologia é um meio no qual a coordenação da ação instrumental recoloca o entendimento comunicativo através de um interesse destinado a projetar. Simplesmente dito: Algumas vezes, a tecnologia não é condicionada; outras vezes é politicamente influenciada; e ainda, em outras, é ambas as coisas.” (FREENERG, 1996, p. 67).

<sup>5</sup> Os inventos das novas tecnologias não são, portanto, como algumas interpretações chegam a sugerir, resultado da mera ação de “gênios” atuando em fundo de quintal ou em garagens. Sobre o processo socio-histórico de surgimento da Revolução da Tecnologia da Informação, veja-se Leite (2002a) e Castells (1999).

<sup>6</sup> Já desenvolvemos tal análise em outros locais, como em Leite (2002b). Vejam-se também Offe (1989) e Hobsbawm (1995). Uma fértil e criativa discussão do assunto é realizada pelos teóricos da chamada “Escola da regulação”, onde conceitos como os de forma institucional e relação salarial, mais do que operadores teóricos de economia pura ou de história econômica, são categorias com uma pertinente abrangência compreensiva. Um panorama das teses da Escola da Regulação pode ser encontrado em Boyer e Saillard (1994).

<sup>7</sup> Um dos melhores trabalhos, realçando o novo espírito do capitalismo, é o de Boltanski e Chiapello (1999), que, produzido em francês, infelizmente ainda não foi traduzido no Brasil. Em cerca de 900 páginas, eles põem a descoberto a nova formatação do sistema capitalista. Dizem-nos eles: “[...] dans le nouvel univers, tout est possible puisque créativité, réactivité et flexibilité sont les nouveaux mots d’ordre.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1994). De resto, como sublinham os autores, este “novo espírito” se apropria de posições dos discursos alternativos, principalmente na forma como eles eram feitos no passado.

<sup>8</sup> A propósito, veja-se Harvey (1992). Um trabalho mais atualizado, todavia, é o de Castells (1999).

<sup>9</sup> Outra não é a proposição de Rifkin (1995), ao advogar que só a competência empregatícia flexível do indivíduo pode garantir sucesso no mercado de trabalho.

## Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialéctica do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOYER, Robert; SAILLARD, Yves (Org.). **Théorie de la régulation: L'état des savoirs**. Paris: Lá Découverte, 2002.

CASTELLS, Manuel. **The information age: economy, society and culture**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.

FEENBERG, Andrew. Marcuse or Habermas: two critiques of technology. **Inquiry**, San Diego State University, n. 39, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Ivonaldo. **Novas tecnologias, trabalho e educação: desorganizando o consenso**. Lisboa: Dinossauro Edições, 2002.

\_\_\_\_\_. **Velhos e novos cenários no mundo do trabalho**. Texto apresentado como comunicação ao Seminário promovido pelo Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto, 2002b.

\_\_\_\_\_. Da inquietação à melancolia: risco de vida ou a introspeção de Walter Benjamin. **Non**, Coimbra, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.zonanon.org/ideias.html>>.

MARCUSE, Herbert. *Industrialization and capitalism in the Work of Max Weber*. In: SHAPIRO, J. **Negations**. Boston: Beacon Press, 1968.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais para o futuro da sociedade do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIFKIN, Jeremy. **The end of the work**: the decline of the global labor force and the dawn of the post-marketin era. New York: Putma's Sons, 1995.

**Abstract:** This paper analyses the relation among new technologies, job market and education. Methodologically, it adopts the historicist perspective, and denounces the ideological rhetoric about that subject. The paper relates new technologies and contemporary capitalist crisis, and shows how those are being used in the process of capitalist accumulation redefinition, which can not offer jobs for everybody. Therefore, it demonstrates that the actual political and economical moment demands an education for the unemployment. So, the paper affirms that the relation among new technologies, job market and education is a theme and a complex research problematical, and concludes with some remarks on the sense of that relation to the human beings.

**Keywords:** technologies, market, job, education, flexibility, competencies.